

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.679.134 - SC (2020/0065784-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE** : KIRTON BANK S.A. - BANCO MULTIPLO  
**ADVOGADO** : EVARISTO ARAGÃO FERREIRA DOS SANTOS E OUTRO(S) - SC023721  
**AGRAVADO** : ANGELO MENEGHELLI  
**ADVOGADOS** : GLAUCO HUMBERTO BORK - SC015884  
LUCIANA DE ALMEIDA NAVES - SC031167  
JULIANA DANIELE FERREIRA MAY E OUTRO(S) - SC037735

**DECISÃO**

Trata-se de agravo em recurso especial apresentado por KIRTON BANK S.A. - BANCO MÚLTIPLO contra decisão que inadmitiu recurso especial interposto com fundamento no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

É o relatório. Decido.

Mediante análise dos autos, verifica-se que a decisão agravada inadmitiu o recurso especial, considerando: Súmula 283/STF, Súmula 284/STF (anulação da fase do cumprimento de sentença para o requerente emendar a inicial a fim de promover a liquidação da sentença), ausência de interesse recursal, Súmula 83/STJ, Súmula 282/STF, Súmula 284/STF (arts. 467 e 468, do CPC/73; art. 16 da Lei 7.347/1985), Súmula 284/STF (arts. 1.093 e 1.265, do CC/16; 397, do CC; 459, 460, 543-B, do CPC/73; art. 6º, da Lei 9.447/1997; art. 2º-A da Lei 9.494/1997) e ausência de obscuridade/contradição/omissão/erro.

Entretanto, a parte agravante deixou de impugnar especificamente: Súmula 283/STF, Súmula 284/STF (anulação da fase do cumprimento de sentença para o requerente emendar a inicial a fim de promover a liquidação da sentença), ausência de interesse recursal, Súmula 282/STF, Súmula 284/STF (arts. 467 e 468, do CPC/73; art. 16 da Lei 7.347/1985), Súmula 284/STF (arts. 1.093 e 1.265, do CC/16; 397, do CC; 459, 460, 543-B, do CPC/73; art. 6º, da Lei 9.447/1997; art. 2º-A da Lei 9.494/1997) e ausência de obscuridade/contradição/omissão/erro.

Como é cediço, não se conhece do agravo em recurso especial que não tenha impugnado especificamente todos os fundamentos da decisão recorrida.

A propósito, confira-se este julgado:

PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO QUE INADMITIU O AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 182/STJ. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA. IMPOSSIBILIDADE. CONCESSÃO DE SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. A ausência de impugnação de todos os fundamentos da decisão que inadmitiu o recurso especial obsta o conhecimento do agravo, nos termos do art. 932, III, CPC de 2015, art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ e da Súmula 182 do STJ, aplicável por analogia.

2. Incabível a execução provisória da pena imposta a réu ao qual concedida a suspensão condicional da pena. Precedentes.

3. Agravo regimental improvido e indeferido o pedido de execução provisória da pena. (AgRg no AREsp n. 1.193.328/GO, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 11/5/2018.)

Nesse sentido, vejam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp n. 880.709/PR, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 17/6/2016; AgRg no AREsp n. 575.696/MG, relator Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, DJe de 13/5/2016; AgRg no AREsp n. 825.588/RJ, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 12/4/2016; AgRg no AREsp n. 809.829/ES, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 29/6/2016; e AgRg no AREsp n. 905.869/ES, relatora Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe de 14/6/2016.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, inciso V, c.c. o art. 253, parágrafo único, inciso I, ambos do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **não conheço do agravo em recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente